



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO

Nível Superior

CARGO

14

Analista Judiciário

Área: Judiciária

Especialidade: Execução de Mandados

MANHÃ

Aplicação: 6/7/2008

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém CENTO E CINQUENTA itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 150, seguidos da prova discursiva acompanhada de espaço para rascunho.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Aprenda rapidamente a lição e siga em frente.

- 3 O espaço para rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou haja discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 6 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 8 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 9 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 10 A duração das provas é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 11 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 12 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 13 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **8/7/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **9 e 10/7/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **5/8/2008** – Resultados final das provas objetivas e provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.
- IV **6 e 7/8/2008** – Recursos (prova discursiva): conforme determinações contidas no item II.
- V **29/8/2008** – Resultado final da prova discursiva e convocação para a perícia médica: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1 – STF, de 10/4/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 150 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Sempre que utilizadas, as siglas subseqüentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal de 1988; CP = Código Penal; CPP = Código de Processo Penal; DF = Distrito Federal; EC = Emenda Constitucional; ECA = Estatuto da Criança e do Adolescente; MP = Ministério Público; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TCU = Tribunal de Contas da União; TRF = Tribunal Regional Federal.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Hoje o sistema isola, atomiza o indivíduo. Por isso seria importante pensar as novas formas de comunicação. Mas o sistema também nega o indivíduo. Na economia, por exemplo, mudam-se os valores de uso concreto e qualitativo para os valores de troca geral e quantitativa. Na filosofia aparece o sujeito geral, não o indivíduo. Então, a diferença 4 é uma forma de crítica. Afirmar o indivíduo, não no sentido neoliberal e egoísta, mas no sentido dessa idéia da diferença 7 é um argumento crítico. Em virtude disso, dessa discussão sobre a filosofia e o social surgem dois momentos importantes: o primeiro é pensar uma comunidade auto-reflexiva e confrontar-se, assim, com as novas formas de 10 ideologia. Mas, por outro lado, a filosofia precisa da sensibilidade para o diferente, senão repetirá apenas as formas do idêntico e, assim, fechará as possibilidades do 13 novo, do espontâneo e do autêntico na história. Espero que seja possível um diálogo entre as duas posições em que 16 ninguém tem a última palavra.

Miroslav Milovic. *Comunidade da diferença*.
Relume Dumará, p. 131-2 (com adaptações).

Com referência às idéias e às estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 Depreende-se do texto que “pensar as novas formas de comunicação” (l.2) significa isolar ou atomizar o indivíduo.
- 2 Preservando-se a correção gramatical do texto, bem como sua coerência argumentativa, a forma verbal “mudam-se” (l.4) poderia ser empregada também no singular.
- 3 O conectivo “Então” (l.6) estabelece uma relação de tempo entre as idéias expressas em duas orações.
- 4 A partir do desenvolvimento das idéias do texto, conclui-se que a palavra “crítico” (l.9) está sendo empregada como **crucial, perigoso**.
- 5 O emprego de “Em virtude disso” (l.9) mostra que, imediatamente antes do termo “o social” (l.10) está subtendida a preposição **de**, que, se fosse explicitada, teria de ser empregada sob a forma **do**.
- 6 A expressão “por outro lado” (l.13) explicita a caracterização do segundo dos “dois momentos importantes” (l.10-11).
- 7 Como o último período sintático do texto se inicia pela idéia de possibilidade, a substituição do verbo “tem” (l.18) por **tenha**, além de preservar a correção gramatical do texto, ressaltaria o caráter hipotético do argumento.

1 O agente ético é pensado como sujeito ético, isto é, como um ser racional e consciente que sabe o que faz, como um ser livre que escolhe o que faz e como um ser 4 responsável que responde pelo que faz. A ação ética é balizada pelas idéias de bem e de mal, justo e injusto, virtude e vício. Assim, uma ação só será ética se consciente, livre e 7 responsável e será virtuosa se realizada em conformidade com o bom e o justo. A ação ética só é virtuosa se for livre e só o será se for autônoma, isto é, se resultar de uma decisão 10 interior do próprio agente e não de uma pressão externa. Evidentemente, isso leva a perceber que há um conflito entre a autonomia da vontade do agente ético (a decisão emana 13 apenas do interior do sujeito) e a heteronomia dos valores morais de sua sociedade (os valores são dados externos ao sujeito). Esse conflito só pode ser resolvido se o agente 16 reconhecer os valores de sua sociedade como se tivessem sido instituídos por ele, como se ele pudesse ser o autor desses valores ou das normas morais, pois, nesse caso, ele 19 será autônomo, agindo como se tivesse dado a si mesmo sua própria lei de ação.

Mariena Chaui. *Uma ideologia perversa*.
In: *Folhaonline*, 14/3/1999 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito da organização das estruturas lingüísticas e das idéias do texto acima.

- 8 Depreende-se do texto que “agente” e “sujeito”, ambos na linha 1, não são sinônimos, embora possam remeter ao mesmo indivíduo.
- 9 De acordo com as relações argumentativas do texto, se uma ação não for “virtuosa” (l.7), ela não resulta de decisão interior; se não for “ética” (l.6), ela não será consciente, livre e responsável.
- 10 É pela acepção do verbo **levar**, em “leva a perceber” (l.11), que se justifica o emprego da preposição “a” nesse trecho, de tal modo que, se for empregado o substantivo correspondente a “perceber”, **percepção**, a preposição continuará presente e será correto o emprego da crase: à percepção.
- 11 Os sinais de parênteses nas linhas de 12 a 15 têm a função de organizar as idéias que destacam e de inseri-las na argumentação do texto; por isso, sua substituição pelos sinais de travessão preservaria a coerência textual e a correção do texto, mas, na linha 15, o ponto final substituiria o segundo travessão.
- 12 A expressão “Esse conflito” (l.15) tem a função textual de recuperar a idéia de “heteronomia” (l.13).
- 13 A organização das idéias no texto mostra que, em suas duas ocorrências, o pronome “ele”, na linha 17, refere-se textualmente a “agente” (l.15).

1 Aceitar que somos indeterminados naturalmente,
que seremos lapidados pela educação e pela cultura, que
disso decorrem diferenças relevantes e irreduzíveis aos genes
4 é muito difícil. Significa aceitarmos que há algo muito
precário na condição humana. Parte pelo menos dessa
precariedade ou indeterminação alguns chamarão liberdade.
7 Porém nem mesmo a liberdade é tão valorizada quanto se
imagina. Ela implica responsabilidades.

Parece que se busca conforto na condição de coisa.

10 Se eu for objeto, isto é, se eu for natureza, meus males
independem de minha vontade. Aliás, o que está em
discussão não é tanto o que os causou, mas como resolvê-los:
13 se eu puder solucioná-los com um remédio ou uma cirurgia,
não preciso responsabilizar-me, a fundo, por eles. Tratarei a
mim mesmo como um objeto.

16 A postura das ciências humanas e da psicanálise é
outra, porém. Muito da experiência humana vem justamente
de nos constituirmos como sujeitos. Esse papel é pesado. Por
19 isso, quando entra ele em crise — quando minha liberdade
de escolher amorosa ou política ou profissionalmente resulta
em sofrimento —, posso aliviar-me procurando uma solução
22 que substitua meu papel de sujeito pelo de objeto.

Roberto Janine Ribeiro. *A cultura ameaçada pela natureza*.
Pesquisa Fapesp Especial, p. 40 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 14 O emprego de verbos e pronomes como “somos” (ℓ.1), “se busca” (ℓ.9), “eu” (ℓ.10) e “minha” (ℓ.11) mostra que os argumentos se opõem pela ligação de alguns a um sujeito coletivo e, de outros, a um sujeito individual, associando o coletivo a sujeito social e o individual a objeto, coisa.
- 15 As orações que precedem “é” (ℓ.4) constituem o sujeito que leva esse verbo para o singular.
- 16 A substituição de primeira pessoa do plural em “aceitarmos” (ℓ.4) pela forma correspondente não-flexionada, **aceitar**, manteria coerente a argumentação, mas provocaria incorreção gramatical.
- 17 Dadas as relações de sentido do texto, os dois últimos períodos do primeiro parágrafo poderiam ser ligados pelo termo **porque**. Nesse caso, o ponto final que encerra o primeiro desses períodos deveria ser retirado e o termo “Ela” (ℓ.8) deveria ser escrito com letra minúscula.
- 18 A função sintática exercida por “a mim mesmo”, em “Tratarei a mim mesmo” (ℓ.14-15) corresponde a **me** e, por essa razão, também seria gramaticalmente correta a seguinte redação: Tratarei-me.
- 19 O deslocamento do travessão na linha 21 para logo depois de “profissionalmente” (ℓ.20) preservaria a correção gramatical do texto e a coerência da argumentação, com a vantagem de não acumular dois sinais de pontuação juntos.

Julgue o item abaixo, relativo a redação de correspondência oficial.

20 Respeita as normas de redação de documento oficial o seguinte exemplo para a parte final de um relatório:

3. A fim de que sejam evitados novos fatos dessa natureza, sugerimos uma divulgação mais bem consubstanciada nos dispositivos legais que norteiam o funcionamento do referido Departamento que desde o advento de sua criação vem melhorando a olhos vistos no atendimento aos seus objetivos.

Respeitosamente

Brasília, 3.º de abril de 2008

A escalada nos preços dos alimentos diante da forte demanda no mercado mundial mobiliza autoridades em todo o planeta. Desde o ano passado, os preços de alimentos subiram em média 40%. Nos últimos três anos, a alta foi de 83%. O presidente Lula, na Holanda, disse que é necessário produzir mais em nível mundial, mas que não se pode culpar o investimento nos biocombustíveis pela pressão. Segundo ele, o aumento dos preços de alimentos se dá pelo fato de “as pessoas pobres estarem começando a comer” em lugares como China, Índia e América Latina. Para o representante da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil, a crise mundial de alimentos é fruto de ataque especulativo.

Jornal do Brasil, 11/4/2008, p. A17 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos significativos do atual panorama da economia mundial, julgue os itens que se seguem.

- 21 Independentemente das razões que levaram à atual escalada nos preços dos alimentos, é correto afirmar que é da natureza das economias de mercado a majoração do preço de mercadorias quando a demanda por elas é maior do que a produção existente.
- 22 Infere-se do texto que países ricos, emergentes ou pobres, além de organismos multilaterais e de especialistas em geral, concordam quanto à identificação da causa comum determinante para o quadro de inflação dos alimentos hoje existente no mundo.
- 23 No atual cenário mundial, China e Índia se apresentam como países que emergem vigorosamente na economia mundial, o que prova estar em franco declínio a acentuada competitividade que sempre caracterizou a globalização.
- 24 Depreende-se das palavras do presidente Lula que o Brasil fez a opção estratégica de ampliar seus espaços no comércio global mediante o aumento da capacidade brasileira de produzir etanol ainda que às expensas da redução das áreas de plantio de alimentos.
- 25 Um exemplo de ataque especulativo que atinge o setor de alimentos, na linha argumentativa utilizada pelo representante da FAO no Brasil, seria a ampliação dos investimentos para a compra de *commodities* agrícolas.

Em uma inesperada e rara condenação pública à violência no Tibete e à falta de liberdade de imprensa na China, o presidente do Comitê Olímpico Internacional classificou como crise as manifestações populares ocorridas em Londres, Paris e São Francisco, por onde passou a tocha olímpica. Ele deixou claro o desagrado da comunidade esportiva internacional com a repressão ao Tibete e apelou à China para que cumpra o compromisso moral de respeitar os direitos humanos. O Parlamento Europeu sugeriu um boicote à abertura dos jogos e exortou os líderes dos 27 países da União Européia (UE) a tomar uma decisão conjunta.

O Globo, 11/4/2008, capa (com adaptações).

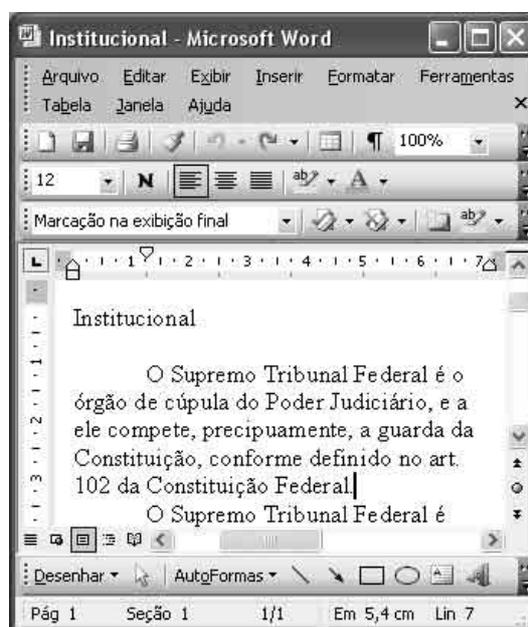
Tendo o texto acima como referência inicial e considerando as múltiplas ramificações do tema por ele abordado, julgue os itens subseqüentes.

- 26 Infere-se do texto que, na atualidade, ao contrário do que ocorria no passado, há inédita apropriação política de eventos esportivos de grande repercussão junto à opinião pública, como é o caso dos Jogos Olímpicos.
- 27 Sede das Olimpíadas de 2008, a China atravessa fase de excepcional crescimento econômico, ampliando seus níveis de consumo e participação no mercado global, ao mesmo tempo em que mantém um regime político forte que não se identifica com o modelo ocidental de democracia.
- 28 Por ser um bloco bastante homogêneo, cujos integrantes se equiparam quanto ao estágio de desenvolvimento econômico e às práticas políticas democráticas, a UE conduz uma política externa consensualmente aprovada pelo Parlamento Europeu, cujas decisões têm força de lei e caráter impositivo.
- 29 Os acontecimentos que envolveram a passagem da tocha olímpica pelas diversas cidades mencionadas no texto expressam uma forma de posicionamento político de setores da sociedade contemporânea em face de determinadas situações, a exemplo da condenação ao terrorismo e da crítica aos rumos da globalização e ao desrespeito aos direitos humanos.
- 30 Em tempos de globalização, as disputas esportivas, sobretudo aquelas que envolvem as modalidades de maior apelo popular, também se subordinam aos mecanismos da economia de mercado, o que implica altos investimentos, grandes estruturas e possibilidades de lucros expressivos.



A figura acima ilustra uma janela do Windows XP, denominada Atividades, que contém uma pasta e dois arquivos. Com relação a essa figura e ao Windows XP, julgue os itens a seguir.

- 31 Ao se clicar o ícone  Detalhes e, em seguida, se clicar , o ícone  Detalhes será reposicionado, passando a ser exibido entre os ícones  Lista de atividades e  Custos.
- 32 A seguinte seqüência de ações permite abrir o arquivo associado ao ícone  Custos: clicar o referido ícone; clicar o menu Arquivo; na lista de opções disponibilizadas, clicar a opção Abrir.



A figura acima ilustra uma janela do Word 2003, com um documento em processo de edição. Com relação a essa figura e ao Word 2003, julgue os itens de 33 a 36.

- 33 No menu Editar, encontram-se recursos que permitem recortar ou copiar uma seleção do documento em edição. Esse menu também disponibiliza o recurso denominado Selecionar tudo.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Maria e João, ambos analistas judiciários do STF, sendo ele ocupante de cargo em comissão de CJ 3, iniciaram relacionamento amoroso que resultou no nascimento de um filho. Tal fato promoveu sérias desavenças entre o casal, já que João, por ser casado, não assumiu suas responsabilidades como pai da criança. Maria, então, propôs ação judicial contra João pelo reconhecimento da paternidade, cumulada com pensão alimentícia. João, além de se negar a fornecer material genético, pagou R\$ 300,00 ao oficial de justiça para demorar em citá-lo no processo. Maria, chateada com o fato, falou mal de João enquanto tomava café com Joana, sua amiga e servidora do STF, na lanchonete que fica no anexo. Joana, por sua vez, estava no referido local, tendo avisado a sua chefe que sairia do seu setor para ir ao serviço médico, já que estaria com dor de cabeça, fato esse inverídico.

A respeito da situação hipotética apresentada e de acordo com o Código de Ética dos Servidores do STF (CES/STF), julgue os itens subseqüentes.

- 41 Ao dificultar a citação judicial e a produção de prova processual, João não violou nenhuma norma de conduta do CES/STF, já que o fato em questão não está relacionado à sua atividade pública.
- 42 Com base no CES/STF, as penalidades passíveis de serem impostas aos servidores envolvidos na referida situação são apenas a advertência ou a censura.
- 43 Joana não cometeu infração ao código de ética ao mentir para sua chefe, pois esse tipo de desculpa é comum no serviço público, não havendo qualquer proibição de que os servidores públicos possam lançar, durante o expediente.
- 44 Ao falar mal de João para Joana, Maria cometeu infração ao CES/STF, já que tal procedimento prejudica a reputação de um outro servidor do STF.
- 45 Na situação descrita, a comissão de ética do STF, composta por três membros, sendo um deles o secretário de controle interno, que a preside, não tem competência para aplicar sanções administrativas aos servidores envolvidos.

34 Para se sublinhar a palavra “precipuaamente”, é suficiente aplicar um clique duplo nessa palavra e, em seguida, clicar o botão . Ao se clicar novamente esse botão, o sublinhado será desfeito.

35 Ao se clicar o botão , será aberta a janela denominada Parágrafo, que permite, entre outras ações, selecionar e imprimir um parágrafo ou um conjunto de parágrafos do documento em edição.

36 Para se substituir, no texto apresentado, o termo “Constituição Federal” pela sigla CF, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: selecionar o referido termo; digitar a sigla CF.



A figura acima mostra uma janela do Internet Explorer 7 (IE7), na qual é exibida parte de uma página da Web. Com relação a essa janela, ao IE7 e a conceitos relacionados à Internet e(ou) a *intranet*, julgue os itens que se seguem.

37 A seqüência de caracteres `http://www.google.com.br` é um exemplo de endereço na Internet. Nesse endereço, os caracteres `http` identificam um protocolo.

38 Ao se clicar o botão , é aberto o programa Outlook Express, que permite o envio e o recebimento de mensagens de correio eletrônico, mediante o acesso, para cada usuário, a uma conta de correio eletrônico.

39 Ao se digitar, no campo específico para inclusão de palavras para pesquisa, as palavras **Supremo Tribunal** e se clicar o botão  **Pesquisa Google**, será iniciada uma busca por páginas que contenham a expressão exata, mas não páginas que contenham as duas palavras na ordem invertida — **Tribunal Supremo**.

40 Clicar o botão  faz que o *menu* Favoritos seja aberto. Esse *menu* permite o acesso a páginas da Web que tenham sido previamente incluídas em uma lista desse *menu*.

O STF autorizou a extradição do traficante colombiano Juan Carlos Abadia para os Estados Unidos da América, onde ele responde a processo por lavagem de dinheiro, tráfico internacional de cocaína e homicídio.

Internet: <www.globo.com> (com adaptações).

A partir do texto acima e de acordo com o regimento interno do STF, julgue os itens seguintes.

- 46** De acordo com o texto do regimento interno, a análise do pedido de extradição pelo STF independe da prisão do extraditando.
- 47** A prisão para extradição será determinada pelo ministro-relator do STF, após ouvir o procurador-geral da República, ao qual foi distribuído o pedido, como medida cautelar e preparatória para a extradição.
- 48** No processo de extradição, não se suspende, nem no recesso, nem nas férias, o prazo fixado por lei para o cumprimento de diligência determinada pelo relator ou pelo Tribunal.
- 49** Tendo em vista que o *habeas corpus* é uma garantia constitucional dos brasileiros e dos estrangeiros residentes no Brasil, não cabe esse remédio constitucional contra a decisão que ordena a prisão do extraditando.

Acerca da organização e da competência do STF, na forma de seu regimento interno e de acordo com a EC n.º 45/2004, julgue os próximos itens.

- 50** Para ser homologada pelo STF, a sentença estrangeira, deve, entre outros requisitos, ser proferida por juiz competente, ter citado as partes ou terem sido verificados validamente a revelia e o trânsito em julgado, estar autenticada pelo cônsul brasileiro e acompanhada de tradução oficial.
- 51** Caso a presidência do Tribunal não tenha recusado liminarmente o recurso extraordinário que não apresentou a preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, caberá ao relator fazê-lo.
- 52** Compete ao presidente do STF designar magistrados para atuação como juiz auxiliar do STF em auxílio à presidência e aos ministros, sem prejuízo dos direitos e vantagens de seu cargo, além das que são atribuídas aos juízes auxiliares do Conselho Nacional de Justiça.

Ainda a respeito da organização do STF e da sua competência, nos termos do regimento interno, julgue os itens a seguir.

- 53** Cada comissão deverá ser presidida pelo mais antigo de seus integrantes.
- 54** Os ministros do STF são nomeados e empossados pelo presidente da República.
- 55** Em mandado de segurança, reclamação, extradição, conflitos de jurisdição e de atribuições, proceder-se-á à redistribuição, se a requerer o interessado; quando o relator estiver licenciado por mais de 30 dias e em *habeas corpus*, a redistribuição poderá ser feita, mesmo que o período de licença seja inferior a 30 dias.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da teoria geral da constituição e do Poder Constituinte, julgue os itens seguintes.

- 56** Considere a seguinte definição, elaborada por Kelsen e reproduzida, com adaptações, de José Afonso da Silva (Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Atlas, p. 41...).
- A constituição é considerada *norma* pura. A palavra constituição tem dois sentidos: lógico-jurídico e jurídico-positivo. De acordo com o primeiro, constituição significa norma fundamental hipotética, cuja função é servir de fundamento lógico transcendental da validade da constituição jurídico-positiva, que equivale à norma positiva suprema, conjunto de normas que regula a criação de outras normas, lei nacional no seu mais alto grau.
- É correto afirmar que essa definição denota um conceito de constituição no seu sentido jurídico.
- 57** Se o art. X da Constituição Y preceituar, na parte relativa às emendas à Constituição, que só é constitucional o que diz respeito aos limites, e atribuições respectivas dos poderes políticos, e aos direitos políticos, e individuais dos cidadãos, e que tudo o que não é constitucional pode ser alterado, sem as formalidades referidas, pelas legislaturas ordinárias, nessa hipótese, a Constituição Y será uma constituição flexível.
- 58** A CF, conforme seu próprio texto, pode ser emendada por meio de iniciativa popular, desde que o projeto seja subscrito, por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído por, pelo menos, cinco estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.

O presidente da República promulgou simultaneamente três leis. A Lei X, de autoria parlamentar, tinha por objeto a aprovação do plano de cargos e salários dos servidores da justiça federal de primeira e segunda instâncias, com vistas a suprir necessidade nos tribunais regionais federais. A Lei Y, que é a lei orçamentária anual, para o exercício de 2008. E a Lei W, de iniciativa do presidente da República, que cria uma rádio pública. Ocorre que a Lei W foi aprovada, pela Câmara dos Deputados, com a votação favorável de 200 deputados, sendo que, desses, pelo menos, 80 teriam recebido vantagens econômicas para votarem pela aprovação dessa lei.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir, a respeito do controle de constitucionalidade e do processo legislativo.

- 59** A Lei W não se sujeita ao controle de constitucionalidade por meio de ação direta de inconstitucionalidade.
- 60** Por tratar de matéria de iniciativa privativa do STJ, a Lei X contém vício de iniciativa, que não se convalida com a sanção presidencial.
- 61** A Lei Y possui, de acordo com a doutrina, o chamado vício de decoro parlamentar, o que geraria a sua inconstitucionalidade.

Com relação aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.

- 62** O julgamento dos crimes dolosos contra a vida é de competência do tribunal do júri, mas a CF não impede que outros crimes sejam igualmente julgados por esse órgão.
- 63** O preso tem direito à identificação dos responsáveis pelo seu interrogatório policial.
- 64** A CF exige que o *habeas corpus* seja cabível apenas contra ato de autoridade pública.
- 65** A ação popular contra o presidente da República deve ser julgada pelo STF.
- 66** Mandado de segurança contra conselho nacional que seja presidido por ministro de Estado deve ser impetrado no STJ.

Acerca da organização do Estado e do Poder Executivo, julgue os itens subseqüentes.

- 67** Compete à União legislar sobre direito processual, mas não sobre procedimentos em matéria processual, o que seria de competência concorrente entre a União, os estados e o DF.
- 68** A concessão de indulto pode ser delegada ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União.

Julgue os itens seguintes, relativos à organização do Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça.

- 69** *Habeas corpus* impetrado contra promotor de justiça do DF e territórios deve ser julgado no TRF da 1.ª Região.
- 70** O advogado-geral da União e os ministros de Estado são julgados pelo Senado Federal nos crimes de responsabilidade.

Astrogildo foi aprovado no concurso público para provimento de cargo de analista judiciário de determinado tribunal, que foi homologado em 24 de novembro de 1997. Astrogildo, que estava doente, tomou posse por meio de procuração, mas só iniciou o seu trabalho efetivamente dez dias depois da posse, o que ocorreu em janeiro de 1998. Em 14 de março de 2005, foi descoberto, pela autoridade competente, que Astrogildo aplicou R\$ 30.000,00 na compra de um veículo popular para o referido tribunal, quando essa despesa não estava prevista no orçamento, sendo aquele recurso destinado à compra de material de informática. A autoridade competente determinou, na mesma oportunidade, a abertura de processo administrativo e a portaria de instauração foi publicada no dia 16 de março de 2005. Astrogildo se aposentou em 24 de abril de 2004. O processo administrativo disciplinar foi concluído com a publicação do ato punitivo em 20 de março de 2007.

Pelo mesmo fato, Astrogildo foi processado criminalmente, na forma do art. 315 do CP, mas foi absolvido por falta de provas. A alegação de prescrição penal foi rechaçada pela sentença, já que a mesma seria de 2 anos, na forma do art. 109 do CP.

Com base na situação hipotética apresentada acima e de acordo com o regime jurídico dos servidores públicos, julgue os itens de **71** a **75**.

- 71** Para que Astrogildo obtivesse a estabilidade, conforme o texto constitucional, bastariam o transcurso do prazo de 2 anos, a contar da data em que entrou em exercício, e, ainda, a aprovação em avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

- 72** Astrogildo poderia tomar posse e entrar em exercício por meio da procuração dada a sua esposa, desde que esse instrumento legal contivesse poderes especiais também para a entrada em exercício.
- 73** Na hipótese, o termo inicial do prazo prescricional para instauração do citado processo administrativo foi 14 de março de 2005.
- 74** A penalidade a ser aplicada na espécie seria a de demissão, mas como Astrogildo foi absolvido na esfera penal, não poderia mais sofrer essa penalidade administrativa pelo mesmo fato.
- 75** A penalidade de demissão, na espécie, não poderia ter sido aplicada administrativamente, já que precrita em 20 de março de 2007.

O Ministério da Saúde firmou convênio com uma instituição privada, com fins lucrativos, que atua na área de saúde pública municipal. O objeto desse convênio era a instalação de uma UTI neonatal no hospital por ela administrado. Conforme esse convênio, a referida instituição teria o encargo de, utilizando-se de subvenções da União, instalar a UTI neonatal e disponibilizar, para a comunidade local hipossuficiente, pelo menos 50% dos leitos dessa nova UTI. No entanto, essa instituição acabou por utilizar parte desses recursos públicos na reforma de outras áreas do hospital e na aquisição de equipamentos médico-hospitalares de baixíssima qualidade. Maria, que ali foi atendida, viu sua filha recém-nascida falecer nesse hospital. Apurou-se, por meio de perícia, que a morte da recém-nascida ocorreu por falha técnica na instalação e devido à baixa qualidade dos equipamentos ali instalados. Em face dessa constatação e visando evitar novas mortes, o município suspendeu provisoriamente o alvará de funcionamento da referida UTI, notificando-se o hospital para ciência e eventual impugnação no prazo legal.

Considerando a situação hipotética apresentada acima, julgue os itens de **76** a **85**, acerca dos contratos administrativos, dos serviços públicos, da responsabilidade civil e da Lei n.º 8.429/1992.

- 76** O município em questão extrapolou sua competência ao suspender o alvará de funcionamento, pois a fiscalização da atividade de saúde é competência privativa da União.
- 77** Na espécie, seria cabível ação civil pública a ser proposta por qualquer cidadão para anular o referido convênio, diante dos danos causados ao patrimônio público.
- 78** O alvará de funcionamento emitido inicialmente é considerado como ato vinculado e não, discricionário.
- 79** A presunção de legitimidade e de veracidade do ato administrativo municipal em tela gera a inversão do ônus da prova.
- 80** A escolha pela subvenção a uma instituição privada para a prestação de um serviço público de saúde representa forma de desconcentração do serviço público.
- 81** Não houve, no caso em tela, ato de improbidade, já que os dirigentes de instituição privada não respondem por ato de improbidade, de que trata a Lei n.º 8.429/1992.
- 82** A suspensão temporária do alvará de funcionamento da referida UTI neonatal, que decorreu do exercício de poder de polícia, poderia ocorrer mesmo sem o prévio contraditório e a ampla defesa na esfera administrativa.

- 83** A responsabilidade civil pela morte da filha de Maria será objetiva e da União, já que houve omissão da instituição de saúde pública federal em fiscalizar a aplicação dos recursos públicos federais naquele hospital.
- 84** Tecnicamente, o convênio foi firmado de forma inadequada, pois o Ministério da Saúde não deveria figurar como parte nesse negócio jurídico, mas sim a União.
- 85** Cabe ao TCU apurar, por meio de tomada de contas especial, a responsabilidade do responsável pelo convênio, inclusive com a possibilidade de aplicação de pena pecuniária, que servirá como título executivo extrajudicial.

Acerca do direito das obrigações, julgue os itens subseqüentes.

- 86** Em regra, na cessão de crédito ocorre a substituição subjetiva no pólo ativo ou passivo da obrigação, com a conservação do vínculo obrigacional com todos os seus acessórios, a qual opera efeitos legais, com expressa anuência do devedor originário.
- 87** Havendo pluralidade de devedores solidariamente responsáveis pelo pagamento da dívida, o credor pode exigir de qualquer um dos co-devedores o cumprimento integral da obrigação, mas, ao optar por cobrar a integralidade da dívida, extingue-se a solidariedade, perdendo o credor o direito de exigi-la dos demais devedores.

A respeito dos negócios jurídicos, julgue os itens a seguir.

- 88** Quando há uma manifestação de vontade submetida a uma condição suspensiva, essa vontade só produz os seus efeitos com o implemento da condição suspensiva. Todavia, legítimos são apenas os atos que não se revelarem incompatíveis com a realização da condição suspensiva.
- 89** Se, no negócio jurídico, o dolo tiver sido praticado pelo representante legal de uma das partes, a responsabilidade pelas perdas e danos será solidária do representante e do representado, e o negócio será anulado independentemente de o representado ter conhecimento do dolo.

Julgue os próximos itens, que versam acerca dos contratos regidos pelo Código Civil.

- 90** Feita a proposta entre presentes, a aceitação deve dar-se dentro do prazo estabelecido e, não havendo prazo, deve ser imediata, visto que, do contrário, a proposta deixa de ser obrigatória. Nesse sentido, a aceitação por parte do destinatário da proposta formaliza o contrato, uma vez que se atinge a convergência de vontades, elemento essencial aos contratos.
- 91** Poderá ser objeto de alienação direito sucessório, ainda que esteja vivo o autor da herança, desde que a alienação se faça por escritura pública e sob condição, isto é, com cláusula que subordine os efeitos do negócio jurídico ao evento morte do titular do direito alienado.
- 92** Ocorrendo a evicção parcial, mas sendo considerável a perda, faculta-se ao evicto postular a resolução do contrato com a rejeição da coisa ou a restituição proporcional do preço. Tem-se, nesse caso, uma obrigação alternativa com escolha deferida ao credor.
- 93** O objeto da fiança convencional é determinado pela obrigação cujo cumprimento ela garante, podendo ser afiançadas dívidas atuais ou futuras, compreendendo ou não os seus acessórios, e, ainda, garantir a dívida por inteiro ou apenas parte dela, exigindo-se, no entanto, que essa dívida seja válida.

Quanto ao direito real sobre coisa alheia, julgue os itens seguintes.

- 94** São direitos do credor pignoratício, entre outros, o de apropriar-se dos frutos da coisa empenhada que se encontre em seu poder; o de promover a venda antecipada, mediante prévia autorização judicial, nas hipóteses em que se configure evidente risco de perda ou deterioração da coisa empenhada.
- 95** A hipoteca como direito real de garantia sobre bem imóvel fica sujeita ao resgate da dívida garantida, e o pagamento parcial do crédito exonera parcialmente o imóvel hipotecado, podendo o devedor constituir segunda hipoteca sobre o bem.

A respeito do direito de família e das sucessões, julgue os itens a seguir.

- 96** Os parentes colaterais são herdeiros necessários até o quarto grau, mas não podem herdar por representação, pois essa só ocorre na linha reta descendente e nunca na transversal. Esses parentes descendem uns dos outros e têm um tronco comum.
- 97** Renunciada a herança, em caráter irrevogável, a parte do herdeiro renunciante acrescerá à dos outros herdeiros da mesma classe, uma vez que sucedem por cabeça, ou seja, quando é deferida por direito próprio, o herdeiro recebe a herança por si só. Todavia, se o renunciante for o único da sua classe de herdeiros, a herança será devolvida aos herdeiros da classe subseqüente.
- 98** O vínculo jurídico de afinidade associa-se ao casamento e à união estável, gerando um parentesco que não se rompe com a dissolução do casamento nem do companheirismo. Assim, falecendo um dos cônjuges, ou ocorrendo o divórcio, ou, ainda, havendo o rompimento da sociedade de fato, o sobrevivente continua ligado aos ascendentes, descendentes e colaterais do outro pelo vínculo da afinidade, continuando a incidirem os efeitos de impedimento matrimonial.

Julgue os itens subseqüentes, relativos à intervenção de terceiros.

- 99** A oposição consiste na intervenção de terceiro em processo alheio, para excluir tanto o autor como o réu. A oposição é uma nova ação, conduzida em apartado e decidida simultaneamente com a ação principal, em razão da conexão com o pedido mediato.
- 100** Se o réu, no prazo para apresentar a resposta, apresentar incidente de nomeação à autoria, o juiz suspenderá o processo e determinará a citação do nomeado para integrar a lide, como autor.
- 101** O chamamento ao processo consiste na admissibilidade de o réu fazer com que co-devedores solidários passem a integrar o pólo passivo da demanda junto com ele, em litisconsórcio, a fim de que o juiz declare, na mesma sentença, a responsabilidade de cada um.

Julgue os itens que se seguem, acerca da competência em matéria civil.

- 102** A competência para o inventário é definida em razão do lugar onde ocorrer a morte do autor da herança, trata-se de competência relativa. Por isso, quando o autor da herança for servidor público, será competente para processar o seu inventário o juízo do local onde ele tinha seu domicílio necessário, ou seja, o lugar em que exercia permanentemente suas funções, ou o juízo do lugar de sua última lotação.
- 103** Nas hipóteses de prorrogação da competência por continência, caso as ações já estejam em curso, ainda que a causa menor seja proposta depois da continência, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, determinará a reunião das ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente pelo juízo prevento.

A respeito dos recursos para o STF, julgue os itens subseqüentes.

- 104** Os requisitos de admissibilidade do recurso ordinário para o STF contra decisão que denegue ação de mandado de segurança, de *habeas data* ou de mandado de injunção são comuns aos exigidos para o recurso extraordinário.
- 105** É cabível recurso extraordinário, desde que preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade, contra sentença terminativa proferida em causa decidida, em única instância, por ofensa a norma expressa da CF.
- 106** A decisão da turma recursal do juizado especial pode ser impugnada por recurso extraordinário quando violar norma expressa da CF.

Julgue os próximos itens, relativos aos recursos contra as decisões proferidas no processo civil.

- 107** O terceiro prejudicado que deixar de intervir no processo em primeiro grau, na qualidade de assistente, poderá interpor recurso objetivando amparo a direito próprio, ou, adesivamente, recorrer visando à vitória de seu assistido.
- 108** O autor da ação rescisória julgada improcedente poderá interpor embargos infringentes se a decisão se der por maioria de votos.

Acerca da ação rescisória, julgue os itens que se seguem.

- 109** A legitimidade ativa para a propositura da ação rescisória é conferida não apenas a quem foi parte no processo originário ou seu sucessor, ainda que o processo tenha corrido à revelia do réu, mas também ao Ministério Público ou ao terceiro juridicamente interessado.
- 110** O cabimento da ação rescisória com fundamento em erro de fato, é necessário, entre outros pressupostos, que o erro seja apurável independentemente da produção de novas provas; que sobre o fato não tenha havido controvérsia entre as partes nem pronunciamento judicial.

Acerca do tratamento dado ao princípio da insignificância e seus consectários pela jurisprudência mais recente do STF, julgue os seguintes itens.

- 111** Em caso de *habeas corpus* impetrado perante o STF com a finalidade de ver trancada a ação penal pela prática de crime de furto, se o julgador verificar que o crime está prescrito, deverá analisar o pedido de aplicação do princípio da insignificância, o qual, por gerar atipicidade da conduta, é mais benéfico ao réu. Nesse caso, não cabe, então, falar-se em prejudicialidade do pedido principal pela ocorrência de extinção da punibilidade.
- 112** É cabível a aplicação do princípio da insignificância para fins de trancamento de ação penal em que se imputa ao acusado a prática de crime de descaminho.
- 113** Uma vez aplicado o princípio da insignificância, que deve ser analisado conjuntamente com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado, a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material, é afastada ou excluída.

Julgue os itens a seguir, relativos à interpretação da lei penal.

- 114** Segundo a máxima *in claris cessat interpretatio*, pacificamente aceita pela doutrina penalista, quando o texto for suficientemente claro, não cabe ao aplicador da lei interpretá-lo.
- 115** A exposição de motivos do CP é típico exemplo de interpretação autêntica contextual.
- 116** Se o presidente do STF, em palestra proferida em seminário para magistrados de todo o Brasil, interpreta uma lei penal recém-publicada, essa interpretação é considerada interpretação judicial.

Com base na parte geral do direito penal, julgue os itens abaixo.

- 117** Considere a seguinte situação hipotética.
Lúcio manteve relação sexual com Márcia, após conhecê-la em uma boate, cujo acesso era proibido para menores de 18 anos, tendo ela afirmado a Lúcio ter 19 anos de idade, plenamente compatível com sua compleição física. Nessa situação, constatado posteriormente que Márcia era menor de 14 anos, Lúcio não será punido por crime de estupro, tendo em vista que a jurisprudência do STF reconhece, no caso, o erro de proibição, que afasta a culpabilidade do agente.

- 118** Considere a seguinte situação hipotética.
Durante processo movido contra Vitor por tentativa de homicídio, o MP requereu a instauração de incidente de insanidade mental, pedido que foi deferido pelo juiz. No laudo final, foi atestada a sanidade mental de Vitor à época dos fatos. Anteriormente à juntada do laudo aos autos, entretanto, a defesa comprovou que Vitor havia sido interdito, o que acarretou, inclusive, sua aposentadoria no serviço público.
Nessa situação, Vitor será considerado plenamente imputável, pois a existência de laudo específico de sanidade mental sobrepõe-se à interdição.

- 119** Em caso de concurso de pessoas para a prática de crime, se algum dos concorrentes participar apenas do crime menos grave, será aplicada a ele a pena relativa a esse crime, mesmo que seja previsível o resultado mais grave.

- 120** Ocorre tentativa incruenta quando o agente dispara seis tiros em direção à vítima sem, no entanto, causar qualquer lesão na vítima ou em qualquer outra pessoa, por erro na execução.

- 121** Com relação ao tempo do crime, o CP adotou a teoria da atividade, pela qual se considera praticado o crime no momento da ação ou da omissão, exceto se outro for o momento do resultado.

No que concerne aos crimes contra a ordem tributária, julgue os seguintes itens, com base no entendimento do STF.

- 122** Dispõe o art. 1.º da Lei n.º 8.137/1990 que constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante determinadas condutas ali descriminadas. Em tais casos, se o crédito não houver sido lançado definitivamente, o crime não se tipifica, pois o delito é material.

- 123** O delito de falsificação de contrato social é absorvido por crime contra a ordem tributária, desde que tenha servido de meio para a sua prática.

Quanto à extradição, julgue os seguintes itens.

- 124** Se a finalidade da extradição for unicamente a de interrogar o extraditando, não é necessário que constem, nos autos e no pedido de extradição, os crimes praticados pelo extraditando no território do Estado requerente.

- 125** Segundo o princípio da dupla tipicidade, aplicado à extradição, somente se concederá a extradição se o fato que motivar o pedido não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente.

Com relação a prisões processuais, julgue os itens subseqüentes, considerando a legislação e a jurisprudência do STF relativas a esse tema.

126 Considere a seguinte situação hipotética.

Júlio foi preso em flagrante pela prática de crime de tortura. Formulado o pedido de liberdade provisória, o magistrado alegou que analisaria o pleito após o interrogatório, o que não foi feito. Em posterior sentença, Júlio foi condenado, tendo o magistrado negado a ele o direito de recorrer em liberdade, asseverando apenas que perduravam os motivos que ensejaram a sua prisão.

Nessa situação, a fundamentação adotada pelo juiz foi idônea e suficiente, pois prevalece o entendimento de que o réu que ficou preso durante o processo permanecerá preso em caso de sentença condenatória.

127 Configura *reformatio in pejus*, que invalida a ordem de prisão, a decisão de tribunal de justiça que, ao negar provimento à apelação da defesa, determina a expedição de mandado de prisão contra recorrente que adquiriu, na sentença condenatória, o direito de recorrer em liberdade até o trânsito em julgado da decisão.

128 A prisão temporária deve ser decretada pelo juiz, após representação da autoridade policial ou de requerimento do MP, não sendo permitida a sua decretação de ofício. Em caso de representação da autoridade policial, o juiz, antes de decidir, deve ouvir o MP e, em qualquer caso, deve decidir fundamentadamente sobre o decreto de prisão temporária dentro do prazo de 24 horas, contadas a partir do recebimento da representação ou do requerimento.

Julgue os próximos itens, acerca do inquérito policial.

129 Como o inquérito policial é peça dispensável ao oferecimento da denúncia, o MP pode, mesmo sem o inquérito, oferecer a denúncia, desde que entenda que há indícios mínimos de autoria e de materialidade de fatos supostamente criminosos. Todavia, uma vez instaurado o inquérito, o MP não pode oferecer a denúncia sem o relatório final da autoridade policial.

130 Dados obtidos em interceptação de comunicações telefônicas e em escutas ambientais judicialmente autorizadas para produção de prova em inquérito policial podem ser usados, em procedimento administrativo disciplinar, contra servidores cujos supostos ilícitos tenham despontado à colheita dessa prova.

Com base no CPP, julgue os itens a seguir, relativos a provas.

131 Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto. Não sendo possível sua realização em decorrência de os vestígios terem desaparecido, a prova testemunhal ou a confissão poderão suprir-lhe a falta.

132 Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício, ou a requerimento do MP, ou do ofendido ou do acusado, ou de seu defensor. A falta desse exame poderá ser suprida pela prova testemunhal.

Acerca das ações penais, julgue os itens que se seguem.

133 Nas ações penais privadas, considerar-se-á perempta a ação penal quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.

134 Nas ações penais privadas, a renúncia ao exercício do direito de queixa em relação a um dos autores do crime aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

135 Nas ações penais públicas condicionadas à representação, será esta irrevogável, depois de oferecida a denúncia.

Sobre súmulas vinculantes, julgue os itens a seguir.

136 O DF, por deter competência normativa relativa aos estados e municípios, poderá, legitimamente, editar ato normativo que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios.

137 Nos processos perante o TCU, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

Julgue os itens a seguir, com base no ECA.

138 A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais, além de conferir à criança ou ao adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.

139 A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, não podendo tal estágio ser dispensado.

Julgue os seguintes itens, acerca dos juizados especiais cíveis e criminais.

- 140** O civilmente incapaz, desde que regularmente representado por seus genitores, poderá ser parte no juizado especial cível.
- 141** É lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia, mas não se admitirá a reconvenção.
- 142** Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.

Julgue os seguintes itens, sobre as ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade.

- 143** Admitir-se-á intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade, na modalidade chamamento ao processo, quando a lei ou ato normativo impugnado for réplica de norma editada por outro ente da Federação.
- 144** Salvo no período de recesso, a medida cautelar na ação direta será concedida por decisão da maioria absoluta dos membros do Tribunal, sendo facultada sustentação oral aos representantes judiciais do requerente e das autoridades ou órgãos responsáveis pela expedição do ato, na forma regimental.
- 145** A decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo somente será tomada se presentes na sessão pelo menos oito Ministros e, efetuado o julgamento, proclamar-se-á a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da disposição ou da norma impugnada se em um ou em outro sentido se tiverem manifestado pelo menos seis ministros, quer se trate de ação direta de inconstitucionalidade ou de ação declaratória de constitucionalidade.

Considerando as recomendações da legislação especial, julgue os itens a seguir.

- 146** No que tange à informatização do processo judicial, atendidos os requisitos legais, as citações poderão ser feitas por meio eletrônico, excetuadas as dos direitos processuais criminal e infracional e as da fazenda pública, desde que a íntegra dos autos seja acessível ao citando.
- 147** Da decisão que não conhecer do recurso extraordinário interposto pela parte, quando a questão nele versada não oferecer repercussão geral, caberá agravo de instrumento para o Tribunal Pleno do STF.
- 148** Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade e, no prazo de cinco dias, da decisão de indeferimento da petição inicial referente a essa arguição, caberá agravo.
- 149** Na execução por quantia certa contra devedor solvente, o executado será citado para, no prazo de três dias, efetuar o pagamento da dívida, podendo o juiz, de ofício ou a requerimento do exequente, determinar, a qualquer tempo, a intimação do executado para indicar bens passíveis de penhora, caso em que a intimação do executado far-se-á na pessoa de seu advogado; não o tendo, será intimado pessoalmente.
- 150** Em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher, caberão medidas protetivas de urgência, que poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do MP ou a pedido da ofendida, devendo necessariamente o juiz ouvir as partes e o MP antes da decisão sobre as medidas.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.

Foi determinado a Antônio, oficial de justiça do STF, que promovesse a busca e apreensão de bens e documentos de um parlamentar federal. Sabedor de que esse parlamentar hospedava-se em quarto de um famoso hotel em Brasília, havia já dois anos, onde permanecia durante a semana, retornando ao seu estado de origem nos finais de semana, Antônio intentou promover a busca e apreensão em um sábado à noite, já que poderia encontrar, no citado quarto, documentos indicativos da existência de bens em nome do parlamentar.

A respeito da situação hipotética acima apresentada, esclareça se Antônio, caso realize seu intento de promover a citada busca e apreensão, infringirá o ordenamento jurídico. Nesse sentido, disserte, especificamente, sobre o que diz a legislação e a jurisprudência do STF, a respeito da questão da violação ou não ao domicílio.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	